

Análise independente da Conjuntura Econômica do Estado do Espírito Santo

2015

 **SindiPúblicos**
Por um serviço público de qualidade

 **INDSAÚDE-ES**
Sindicato dos Trabalhadores da Saúde
no Estado do Espírito Santo


Sindibancários
Espírito Santo

 **INTERINDICAL**
Central da Classe Trabalhadora

 **SINDPD**
Sindicato dos Policiais do Estado do Espírito Santo

 **SINDFISCAL-ES**
Sindicato dos Fiscais do Estado do Espírito Santo

 **SINDIENFERMEIROS**
Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Espírito Santo



Vitória, 04 de março de 2015.

Excelentíssimos senhores parlamentares,

Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 205
Enseada do Sua, Vitória - ES, 29050-950

Assunto: Manifesto dos Servidores Públicos aos Parlamentares

As entidades representativas dos servidores públicos estaduais do poder executivo, devidamente constituídas, vêm perante a vossas excelências manifestar grande preocupação quanto ao cenário econômico negativo projetado sobre as finanças públicas, insistentemente propagado pelo Governo do Estado. Informações essas que, feitas as devidas análises técnicas, não se confirmam.

As argumentações apregoadas pelo Chefe do Poder Executivo, seguido por seu secretariado, necessitam de amplo debate com a sociedade a fim de assegurar maior transparência sobre o que realmente foi herdado da gestão anterior. As dúvidas surgem a partir de uma análise preliminar sobre a Lei Orçamentária Anual 2015, (em substituição ao PL proposto pela gestão anterior) em relação ao Orçamento executado em 2014.

A partir de uma análise técnica elaborada por profissionais qualificados, mestres e especialistas em economia, foi possível constatar que a execução orçamentária no ano de 2014 foi de R\$ 13,6 bilhões, pouco abaixo do orçamento autorizado de R\$ 13,8 bilhões enquanto que os restos a pagar estavam na ordem de 200 milhões. Portanto, é certo que essas condições ensejaram a aprovação das contas na Assembleia Legislativa. Sendo assim, é necessário que seja melhor explicitado, à luz de números reais, o que há de fato nas contas públicas, que convença a sociedade a acreditar que estas estão combalidas, conforme discurso comum em todas as esferas de governo.

No que se refere a Lei Orçamentária Anual 2015 aprovada nesta Casa de Leis, percebe-se que não houve o “sacrifício” esperado dos demais poderes. Ao contrário de algumas secretarias que sofreram reduções consideráveis comparando ao exercício de 2014, o poder Legislativo, Tribunal de Contas, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública tiveram elevações orçamentárias variando entre 13,95 à 8,57%. Todavia, cabe registrar a elevação considerável para Governadoria do Estado na ordem de 200%, passando de R\$ 100.935.719 em 2014 para R\$303.394.690 em 2015.

Quanto a meta de redução de 20 % nas despesas determinada pelo Decreto Nº 3755-R, de 02/01/ 2015 ainda é desconhecida sua real aplicação e sua eficácia. Entretanto, se percebe que a pretexto de alcançar os resultados, diversas políticas públicas vitais para a sociedade têm sido afetadas a exemplo da segurança, educação, saúde, meio ambiente, agricultura, turismo e esportes dentre outras não menos importantes. A sensação é de que a gestão está estagnada, apesar dos números relacionados entre receita e despesas no primeiro bimestre de 2015 não justificarem tal situação. Segundo o Portal da Transparência, até 25 de fevereiro deste ano a arrecadação foi de R\$ 2,8 bilhões enquanto que os valores empenhados foram equivalentes a R\$ 2 bilhões resultando um valor em caixa na ordem de R\$ 835 milhões. E indicando uma projeção de receita que atingirá os 17,3 bilhões estipulados no Projeto de Lei Orçamentária enviado para ALES pelo então Governador Casagrande em 03 de novembro de 2014.

Entendemos que o Governo do Estado não pode cometer o equívoco de repulsar, em razão de uma suposta crise, a abertura de diálogo direto e democrático com os movimentos sociais, incluindo aí as

entidades representativas do funcionalismo público estadual, cujas demandas represadas necessitam serem abordadas de forma transparente a partir de uma agenda positiva. Há por exemplo, o fato concreto que se refere ao Acórdão 003/2014 do conselho da Douta Procuradoria Geral do Estado que assegurou a concessão do Auxílio Alimentação para todos os servidores, inclusive os que recebem na modalidade subsídio, assim como é praticado nos demais poderes. Infelizmente não se tem qualquer posição, apesar do Procurador Geral da época estar compondo o secretariado do atual governo.

SINDIPÚBLICOS

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

SINDSAÚDE-ES

Sindicato dos Trabalhadores da Saúde

SINDIBANCÁRIOS

Sindicato dos Bancários do Espírito Santo

INTERSINDICAL

Central da Classe Trabalhadora

SINDPD/ES

Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados e Trabalhadores em Informática no Estado do Espírito Santo

SINDIFISCAL-ES

Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização –TAF do Estado do Espírito Santo

SINDIENFERMEIROS

Sindicato dos Enfermeiros no Estado do Espírito Santo

SINDIPOL

Sindicato dos Servidores Policiais Civis do Espírito Santo

SINDASPES

Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Espírito Santo

DESDOBRAMENTOS DA APROVAÇÃO DA PLOA 2015 CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Produzido por

RECTE Consultoria & Capacitação

Responsável técnico: Sammer Siman – CORECON MG 7921

Vitória

20 de fevereiro de 2015

Dando continuidade ao trabalho contratado pelo Sindipúblicos nesta etapa daremos foco aos desdobramentos da aprovação do Orçamento de 2015. Conforme apresentado em estudo complementar a Etapa “A”, constatamos que houve um aumento de pouco mais de 3% no orçamento de 2015 (comparado ao ano de 2014), mas com variações importantes entre os órgãos e poderes do Estado.

Alguns poderes (e secretarias) tiveram elevação de seus recursos (Como o Judiciário e Saúde), ao mesmo tempo em que várias secretarias tiveram cortes significativos, destacadamente as de corte social, como Cultura, Esportes e Agricultura.

No presente trabalho, nosso foco será identificar em que setores estão as elevações e reduções mais importantes, identificando em secretarias prioritárias para o interesse social e dos servidores públicos em que lugar se deram os cortes e as elevações mais expressivas.

Para tanto, usamos como documento base os Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) dos anos de 2014 e 2015, retirados da Secretaria de Planejamento do Estado¹, junto do QDD do Projeto de Lei Orçamentário de 2015 enviado pelo então governador Renato Casagrande em outubro de 2014.

Em termos práticos, com isso estabelecemos um paralelo entre o orçamento do ultimo ano de governo de Casagrande, comparando com sua proposta para 2015 e por fim comparando com a proposta enviada pelo novo governador Paulo Hartung, já em janeiro de 2015.

Tal parâmetro é recomendável para ter uma visão mais ampla dos cortes, pois seria precário apenas comparar o orçamento de 2014 e 2015, considerando que muitas variações se dão em função de convênios e operações de crédito que variam de um ano para o outro. No entanto, precário seria também comparar apenas o Projeto de Lei Orçamentário do então governador Casagrande e a LOA do atual governador Hartung. Isso porque pode acontecer que em um ou outro caso a previsão orçamentária do então governador esteja superestimada, ou seja, não guarde relação com ação prática dos últimos anos de seu governo (e é importante considerar que tal PLOA foi enviada no dia 3 de novembro de 2014, quando já estava definido o quadro eleitoral da última disputa, ou seja, quando já se sabia que Casagrande não teria novo mandato).

O orçamento trata-se da lei mais relevante do Estado, pois expressa a divisão de recursos entre os setores da sociedade, trata-se da peça mais contundente de indicação das prioridades de um dado governo.

No entanto, é importante ressaltar que o que apresentamos aqui são indicativos relevantes. Isso porque as finanças públicas se processam para além de uma peça orçamentária, por detrás de um corte de um dado recurso pode estar um litígio judicial, um não empenho do ano anterior, um vencimento de um convênio, dentre outras possibilidades.

Tal consideração é relevante, pois informa que neste estudo não somos capazes de apontar as particularidades que envolvem cada alteração orçamentária. Mapear todas as especificidades requer um trabalho minucioso que foge ao nosso escopo.

¹ <http://www.planejamento.es.gov.br/orcamento/orcamentos/>

No entanto, a despeito desta limitação trazemos aqui um conjunto de apontamentos relevantes, que indicam onde reside as principais diferenças entre um governo e outro, do ponto de vista do direcionamento dos recursos.

Abaixo indicamos as principais diferenças constatadas entre os órgãos e ao fim faremos algumas inferências qualitativas, faremos alguns apontamentos a respeito deste quadro marcado por importantes cortes orçamentários. Afinal, desde já vale apontar que algumas conclusões são expressivas, tal como:

- É falacioso o discurso de que os cortes são simétricos entre os órgãos e poderes;
- Igualmente falacioso é a notícia amplamente divulgada pela imprensa de que houve aumento nos gastos com segurança pública. Isso porque a previsão de elevação já tinha se dado no Projeto de Lei Orçamentária apresentado pelo então governador Casagrande, especialmente em função do aumento do efetivo de militares no Estado.

Ademais, a outras conclusões também chegaremos, mas não sem antes expor os dados apurados.

Elevações e reduções orçamentárias – Por órgão de Estado

Considerando os setores prioritários elencados pela diretoria do Sindipúblicos, abaixo detalhamos, em cada setor, aquelas elevações e reduções que destoam da elevação ou redução média de recurso destinado a cada órgão, ou mesmo aquelas que nos chamaram a atenção por alguma outra razão.

No entanto, para uma perfeita análise do estudo é importante ter claro a seguinte distinção:

LOA 2014 – Lei orçamentária que orientou o último ano do Governador Renato Casagrande;

LOA 2015 – Lei Orçamentária elaborada pelo atual Governador Paulo Hartung e que orientará seu primeiro ano de mandato.

PLOA 2015 – Projeto de Lei Orçamentário enviado para Assembleia Legislativa pelo então Governador Casagrande para o ano de 2015, na data de 3 de novembro de 2014.

GOVERNADORIA DO ESTADO

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Governadoria do Estado	100.935.719	303.394.690	329.363.120

Trata-se do órgão com aumento mais expressivo, se comparado com o orçamento de 2014. No entanto, conforme atestamos acima tal alteração já estava proposta pela PLOA 2015, sendo que houve um corte de pouco mais de 8% para o valor final da LOA 2015. Abaixo identificamos as elevações mais expressivas, bem como reduções que chamam a atenção:

SECRETARIA DA CASA CIVIL

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Implementação e Articulação dos Movimentos Sociais	9.372.573	2.488.889	5.846.567

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Trata-se da Secretaria com o crescimento mais desproporcional. No ano de 2014 seu orçamento foi de R\$ 27.628.868, sendo que no ano de 2015 subiu para R\$ 232.193.798, significando uma elevação de mais de 800%. No entanto, tal elevação já estava prevista na PLOA 2015 (R\$ 247.792.908). Abaixo elencamos as alterações mais significativas:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Apoio as implementações do Estado Presente	539.000	14.387.000	16.305.110
Ampliação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	0	115.170.800	124.851.800

Nos órgãos abaixo registramos algumas alterações:

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Secretaria Militar	12.388.332	13.142.326	15.142.326
Secretaria de Estado de Controle e Transparência	16.379.862	20.767.113	21.467.113
Superintendência Estadual de Comunicação Social	18.272.995	16.939.076	18.939.076
Rádio e Televisão do ES	11.994.816	12.657.817	14.421.764

Ao Fundo Estadual sobre drogas foi destinado no ano de 2014 R\$ 900.954, sendo que no ano de 2015 foi destinado apenas R\$ 635.957. No entanto, vale destacar que na PLOA de 2015 estava previsto apenas R\$ 580.452

SECRETARIA DE FAZENDA

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEFAZ	205.674.873	225.972.260	232.012.935

Trata-se de uma Secretaria com elevação expressiva, considerando a média de elevação orçamentária de 3,35%. No entanto, sua redução foi pequena se comparada a PLOA 2015 com a LOA 2015. Abaixo descrevemos as alterações que chamam a atenção.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Administração da Unidade	33.723.406	13.969.464	33.960.464
Tecnologia de Informação e Comunicação	2.768.416	23.210.937	8.210.937

Já o recurso destinado a Junta Comercial manteve-se inalterado, se compararmos a PLOA 2015 com a LOA 2015. Já o Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário teve redução inexpressiva, comparando a PLOA 2015 com a LOA 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP)

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEP	108.965.080	40.674.734	271.449.996

Trata-se de uma Secretaria com um corte abrupto. Abaixo trazemos as alterações que julgamos mais relevantes.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Elaboração, Acompanhamento e avaliação do PPA e Orçamento	12.860.685	1.700.000	7.232.153
Formulação e Gestão do Planejamento Estratégico e Projetos	4.571.700	850.000	3.830.000
Estudos, Pesquisas e Projetos de Apoio ao Planejamento	2.238.336	520.000	2.360.000
Realização de Concurso Público	120.000	10.000	100.000
Administração da Unidade	5.526.567	3.034.178	11.905.000
Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos	978.000	600.000	1.610.000

No geral, o orçamento desta Secretaria em específico caiu de R\$ 33.078.616 (LOA 2014) e R\$ 34.928.168 (PLOA 2015) para R\$ 13.405.193 (LOA 2015).

Constatamos também que o orçamento do **Instituto Jones dos Santos Neves** teve uma queda de R\$ 33.457.591 (LOA 2014) e R\$ 34.090.273 (PLOA 2015) para 25.313.833 (LOA 2015), sendo que duas reduções merecem destaque: O Gerenciamento dos Projetos financiados pelo fundo para desenvolvimento regional com recursos da desestatização – FRD (redução de R\$ 14.676.211 – LOA 2014 – e de R\$ 12.334.961 – PLOA 2015 – para R\$ 5.958.521 – LOA 2015) e a queda do custeio em Apoio à Formulação, Estruturação e Desenvolvimento de Políticas Públicas (redução de R\$ 1.421.000 – LOA 2014 – e de R\$ 970.497 – PLOA 2015 para R\$ 370.497 – LOA 2015).

Houve também uma redução expressiva do **Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória**, que caiu de R\$ 2.403.873 (LOA 2014) e de R\$ 2.406.555 (PLOA 2015) para R\$ 930.708 (LOA 2015), sendo que a redução mais expressiva foi na rubrica de Elaboração de Estudos e Projetos de Interesse Comum da RMGV.

Outra redução drástica que merece destaque é a queda brutal do **Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal**, que reduziu de R\$ 40.025.000 (LOA 2014) e de R\$ 200.025.000 (PLOA 2015) para R\$ 1.142.184 (LOA 2015), sendo praticamente eliminado do orçamento.

SECRETARIA DE ESTADO E RECURSOS HUMANOS

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEGER	117.993.807	125.119.005	135.572.201

Tal Secretaria obteve um crescimento quase duas vezes acima da média do crescimento orçamentário de 2014 para 2015, mas ao mesmo tempo obteve uma redução considerável da PLOA 2015 para a LOA 2015. De toda forma, interessou ao Sindipúblicos identificar as diferenças substantivas.

A Secretaria de Estado e Recursos Humanos teve uma redução sensível, passando de R\$ 50.162.515 em 2014 para R\$ 49.156.878 em 2015. No entanto, nos chama a atenção as seguintes alterações.

NATUREZA	DA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
----------	----	----------	----------	-----------

DESPESA			
Modernização da Gestão Pública	2.410.000	621.950	1.121.950
Eficiência Administrativa e Controle de Gastos	7.508.305	4.640.356	8.140.356
Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos	127.150	210.161	710.161
Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos	2.222.650	2.428.357	4.427.557
Divulgação Institucional	1.300.000	890.000	2.890.000

Ademais, constatamos que a **Escola de Serviço Público do Espírito Santo** obteve uma redução de mais de 10%, caindo de R\$ 6.439.421 (LOA 2014) para R\$ 5.711.707 (LOA 2015), sendo ainda maior se comparada a PLOA de 2015 (R\$ 6.800.216), o **Departamento de Imprensa Oficial** obteve um aumento de mais de 10%, elevando de R\$ 20.795.376 (LOA 2014) para R\$ 23.184.531 (LOA 2015) e de pouco menos de 3% se comparado a PLOA 2015 (R\$ 22.551.000) e o **Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo** obteve uma elevação de R\$ 40.596.495 (LOA 2014) para R\$ 47.066.689, significando uma elevação da ordem de 15% e de pouco mais de 9% se comparado a PLOA 2015 (R\$ 43.222.263).

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEDES	70.428.137	44.541.871	57.457.117

Passemos a análise deste profundo corte.

Na **Secretaria de Estado de Desenvolvimento** houve uma redução de R\$ 6.386.090 para R\$ 5.644.119, significando um corte de mais de 10%. Exemplo de redução está na *Administração de Unidade* que caiu de R\$ 1.496.882 (LOA 214) e de R\$ 1.696.638 (PLOA 2015) para R\$ 896.638

(LOA 2015). Outro está na redução do *Fortalecimento dos Arranjos produtivos locais e das cadeias produtivas capixabas*, que caiu de R\$ 722.000 (LOA 2014) e R\$ 633.000 (PLOA 2015) para R\$ 333.000 (LOA 2015), o que significa um corte de quase metade em relação a PLOA de 2015.

Já o **INMETRO do Espírito Santo** obteve uma redução importante, saindo de R\$ 14.116.948 (LOA 2014) e R\$ 13.425.885 (PLOA 2015) para R\$ 10.963.001 (LOA 2015), significando uma redução de quase 20% a partir da PLOA de 2015.

Redução drástica houve na **Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do empreendedorismo**. Em 2014 foi de R\$ 39.631.165, na PLOA 2015 foi de R\$ 20.949.923, tendo sido reduzida para R\$ 12.197.561 no ano de 2015. Eis um dado que indica menor atenção do atual governo pelo estímulo aos empreendimentos de menor porte, o que indica de outro um forte compromisso com as grandes empresas. Abaixo colocamos as alterações mais importantes.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Desenvolvimento Social, Local e Regional Sustentável	25.608.473	3.291.662	7.736.000
Fortalecimento dos Pequenos Negócios nas diversas formas de cooperativismo	1.170.000	986.000	1.450.000
Desenvolvimento e Fomento do Artesanato Capixaba	3.960.000	1.511.902	3.503.902
Fomento às Micro e Pequenas Empresas (MPE) Urbana e Rural	3.695.001	1.791.000	3.359.000

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEAG	296.105.270	188.834.190	280.215.576

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca teve a redução acachapante de R\$ 126.755.733 (LOA 2014) e R\$ 102.458.520 (PLOA 2015) para R\$ 39.451.524 (LOA 2015). Vejamos as principais alterações.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Capacitação Técnica e Gerencial de Jovens Rurais	740.000	284.000	680.000
Promoção de Eventos da Agricultura Capixaba	1.870.000	1.000.000	2.000.000
Pavimentação de Estradas Rurais – Caminhos do Campo	60.296.780	6.086.400	65.712.464

No que se refere ao **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo** houve um aumento sensível de R\$ 62.300.467 (LOA 2014) para R\$ 63.437.586 (LOA 2015) e uma redução considerável se comparada a PLOA 2015 (R\$ 67.268.765), sendo que no **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural** houve uma redução expressiva de R\$ 93.165.129 (LOA 2014) e de R\$ 94.108.916 (PLOA 2015) para R\$ 81.039.648 (LOA 2015), significando uma redução de aproximadamente 15%. Já a **Centrais de Abastecimento do Espírito Santo** teve alteração sensível, pois em 2014 foi de R\$ 13.883.941, na PLOA de 2015 foi prevista em R\$ 16.379.375 pela PLOA 2015 e ficou em R\$ 14.100.552 na LOA 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SETOP	1.529.622.003	1.681.607.588	1.902.384.482

Já nesta Secretaria houve um crescimento acima da média se comparada a LOA 2014 com a LOA 2015, mas uma redução considerável se comparada a PLOA 2015. Vejamos suas particularidades.

A Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas saiu da casa dos R\$ 591.354.565 em 2014 para R\$ 821.536.311 em 2015, tendo sido prevista em R\$ 963.576.571 pela PLOA 2015. Abaixo as alterações mais significativas:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Subsídio ao Transporte Público	79.467.043	74.440.396	83.440.396
Implementação de Infraestrutura para melhoria Operacional no Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo	204.167.992	237.372.153	285.353.213
Implementação do BRT na Região RMGV	237.589.395	456.021.114	456.021.114
Implantação do Sistema Aquaviário	2.030.000	1.120.000	82.880.000
Participação do Estado no Capital da CETURB-ES	19.910.000	9.352.000	12.152.000

Já o Departamento de Estradas e Rodagens teve redução considerável, saindo de R\$ 738.964.496 (LOA 2014) e de R\$ 714.128.944 para R\$ 633.973.386, sendo uma redução expressiva. Vejamos algumas alterações mais importantes:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Coordenação e Gestão Executiva	2.542.854	5.969.737	3.969.849
Construção do Corredor Urbano Leste-Oeste	2.132.764	25.000.000	1.000.000
Construção e Recuperação de Pontes e outras obras de artes especiais urbanas	5.916.793	20.254.000	21.150.000

Melhorias de vias urbanas e complementares	9.330.906	200.000	8.200.000
Construção e Pavimentação de diversos trechos da malha rodoviária estadual e de vias complementares	437.494.718	186.404.800	269.030.000
Implantação de Redutores eletrônicos de velocidades	1.141.863	6.000.000	9.000.000
Conservação Corretiva e rotineira das rodovias estaduais	2.749.766	694.042	2.605.000
Reabilitação e Pavimentação das Rodovias Estaduais	99.916.738	171.175.000	178.300.000
Execução de Serviços de Apoio Técnico	21.799.893	65.500.000	65.500.000

Já o **Departamento Estadual de Trânsito** teve aumento de R\$ 178.274.218 (LOA 2014) e R\$ 184.130.365 (PLOA 2015) para R\$ 191.668.489 (LOA 2015). Ao contrário do **Instituto de obras públicas do Estado do Espírito Santo**, que teve redução de R\$ 21.028.724 (LOA 2014) e R\$ 20.542.608 (PLOA 2015) para R\$ 14.548.602 (LOA 2015).

Por fim, constatamos um Fundo Especial para Construção, Reforma e Ampliação de Equipamentos Públicos Estaduais, num valor de R\$ 20.000.000, tanto na PLOA 2015 quanto na LOA 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEDURB	269.310.609	207.798.040	285.534.014

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2015
Implementação e Apoio à Construção, Reforma e Adequação de Serviços de Infraestrutura, Urbanização e Espaços Públicos	19.482.199	75.908.000	111.810.000
Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperações e revitalização de rios e canais	107.381.907	88.910.083	123.038.929
Construção e Operação de Sistemas Regionais de Transporte e destinação final de resíduos sólidos	16.201.000	2.820.000	11.288.609
Aquisição de caminhões coletores	3.482.572	244.000	1.698.000
Participação do Estado no Capital da CESAN-ES	67.186.002	20.656.720	20.656.720

No âmbito da **Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura viária do Espírito Santo** percebemos um aumento da quantia de R\$ 5.296.890 (LOA 2014) para R\$ 6.499.830 (LOA 2015), valor um pouco abaixo do proposto pela PLOA 2015 (R\$ 6.599.830).

Já no **Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo** reduziu de R\$ 3.466.742 (LOA 2014) e R\$ 3.442.636 (PLOA 2015) para R\$ 2.742.636 (LOA 2015).

SECRETARIA DE TURISMO

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
--------------	-----------------	-----------------	------------------

SETUR	61.199.400	35.850.292	146.507.049
-------	------------	-------------------	-------------

Constatamos também uma redução radical na Secretaria de Turismo. O que nos parece um forte indício que aponta que o atual governo não pretende apostar em outras “vocações” do Estado, afirmando um Estado pautado pela lógica dos grandes empreendimentos logísticos.

Abaixo o quadro que destaca as alterações mais importantes:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Divulgação Institucional	7.219.721	950.798	2.450.798
Apoio a Eventos de Turismo no ES	2.943.600	1.772.000	2.400.000
Construção de Centros de Eventos	39.000.000	1.010.000	98.510.000
Reurbanização da Orla de Guarapari	0	6.560.001	13.580.108
Implantação do Prodetur ES	0	17.842.000	18.928.650
Promoção da Atividade Turística Capixaba	1.638.959	1.340.000	2.300.000

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SESPORT	106.534.104	23.020.698	51.938.757

Trata-se de outra secretaria que sofreu redução drástica, mesmo se comparada a LOA 2015.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Promoção e Apoio a Jogos e Eventos esportivos de Rendimento	2.297.649	1.260.000	1.900.000
Apoio a Atletas de Alto Rendimento	2.332.000	6.045.235	19.866.631
Promoção e Apoio ao Esporte Educacional, Comunitário e Lazer	5.660.000	3.785.000	5.085.000
Implantação do “Esporte pela Paz”	3.045.624	2.893.347	3.408.923
Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo	35.267	1.114.444	2.535.531

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

A Secretaria de Estado de Cultura sofreu uma redução de mais de 20% da PLOA 2015, bem como uma redução ainda mais drástica se comparada ao orçamento de 2014. Na LOA de 2015 ficou em R\$ 33.908.487, quando na PLOA 2015 teve previsão de R\$ 49.188.487 e no orçamento de 2014 ficou em R\$ 105.781.361.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Administração de Espaços Culturais	2.324.001	1.294.720	2.770.720
Administração de Unidade	3.466.239	1.914.000	3.614.000
Apoio a Elaboração de Projetos, Construção, Melhoria e Restauração de	4.550.788	828.000	2.333.500

Espaços Culturais			
Preservação de Bens Culturais moveis e imóveis	3.800.000	764.100	2.010.600
Ampliação do Acesso a Produção Cultural do ES	2.734.673	1.971.444	2.965.444
Apoio a Eventos Culturais no ES	1.462.000	1.380.000	2.090.000

Além disso, constatamos que o **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo** sofreu redução, caindo de R\$ 2.153.675 para R\$ 1.751.662, sendo que a PLOA 2015 ficou em R\$ 2.251.662.

Ainda no âmbito da Cultura, houve uma redução drástica no **Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo**, que comporta a *Concessão de Recursos para Preservação do Patrimônio Cultural* e *Concessão de Recursos para Projetos Culturais*. Em 2014 o recurso foi de R\$ 7.200.000, a proposta do então governador Casagrande para 2015 foi de R\$ 7.560.000 e o recurso aprovado no Governo Hartung ficou em R\$ 2.560.000

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEAMA	133.640.520	86.465.254	100.524.455

Seja no tocante ao orçamento de 2014 ou a proposta apresentada pelo então Governador Casagrande para 2015 houve redução de recursos para tal Secretaria. Abaixo registramos as alterações mais significativas.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Em 2014 o IEMA teve R\$ 78.495.729, pela PLOA de 2015 R\$ 60.866.904 e na LOA 2015 ficou com R\$ 53.390.538. Vejamos as alterações mais importantes.

NATUREZA DA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
-------------	----------	----------	-----------

DESPESA			
Administração de Unidade	13.645.817	8.553.008	12.553.008
Implementação e Manutenção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	3.333.050	3.408.000	5.408.000
Criação, Ampliação e Estruturação de Unidades de Conservação	1.030.000	890.937	1.640.937
Monitoramento e Divulgação dos dados de qualidade do ar	1.719.000	439.706	921.030

Outra constatação, é que para a **Agência Estadual de Recursos Hídricos** foi previsto R\$ 7.177.811 pela PLOA 2015 do então Governador Casagrande, sendo que na LOA de 2015 do Governador Hartung ficou estabelecido recurso de R\$ 4.928.642, assim como pro **Fundo Estadual de Recursos Hídricos do ES** foi previsto R\$ 28.864.828 pela PLOA 2015, R\$ 26.800.000 pela LOA 2014 e finalmente R\$ 24.831.162 pela LOA 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEDU	1.971.009.963	2.012.745.015	2.117.425.747

Houve alteração de aproximadamente 100 milhões de reais, se comparada a PLOA de 2015 com a LOA de 2015. Abaixo algumas alterações que destacam:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Gerenciamento de Obras nas Escolas	5.000.000	2.000.000	5.000.000

Estaduais			
Serviços Terceirizados das Unidades Centrais e Regionais	8.100.000	6.096.743	9.096.743
Administração de Unidade	15.319.000	7.535.538	10.535.538
Modernização e Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	44.000.000	24.947.551	39.105.174
Ampliação e Desenvolvimento da Educação no Campo	15.003.926	6.311.926	9.303.926
Construção, Ampliação, Reforma, Reparos e acessibilidade nas unidades escolares de Ensino Fundamental	82.875.953	15.100.000	25.354.415
Aparelhamento da Rede Escolar, Mobiliários, Equipamentos e Materiais Ensino Fundamental	5.600.000	2.500.000	5.500.000
Cooperação Estado Municípios	19.107.506	2.025.216	3.000.000
Serviços Terceirizados para Unidades Escolares de Ensino Fundamental	97.439.542	75.557.448	89.187.535
Remuneração de Profissionais do Magistério do Ensino	217.093.093	354.732.224	345.971.961

Fundamental			
Construção, Ampliação, Reforma, Reparos e acessibilidade nas unidades escolares de Ensino Médio	62.116.705	15.420.800	26.173.089
Aparelhamento da Rede Escolar, Mobiliários, Equipamentos e Materiais Ensino Médio	24.700.000	7.000.000	10.000.000

No tocante a **Faculdade de Música do ES** houve elevação, considerando que na LOA de 2014 seu recurso foi de R\$ 12.109.851, enquanto na LOA de 2015 evoluiu para R\$ 13.300.459, sendo essa uma redução sensível diante da PLOA de 2015 (R\$ 13.324.863).

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SESA	1.916.749.626	2.161.597.719	2.032.017.251

A Saúde, como amplamente divulgado pela Imprensa, foi um dos (poucos) órgãos que obteve elevação, seja comparado ao ano de 2014, seja comparada a PLOA de 2015 do último governo. Vejamos as alterações mais importantes:

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Apoio Financeiro aos municípios para atenção primária em	41.812.252	35.743.200	33.200.000

Saúde			
Operacionalização do Hospital Estadual de Urgência e Emergência	0	31.587.840	15.340.580
Operacionalização do Hospital Central de Vitória	33.700.000	49.671.712	23.575.000
Operacionalização do Hospital Dr. Jaime Santos Neves	79.100.000	131.143.069	92.498.000
Apoio Financeiro a entidades Filantrópicas e sem fins lucrativos	8.619.053	4.620.272	400.000
Assistência Complementar a Rede Pública	86.304.339	122.380.874	86.392.161
Contratação de Serviços Complementares a Rede Pública (Tabela SUS)	283.456.752	354.771.489	365.518.487
Aquisição, Distribuição e Dispensação de Medicamentos Excepcionais de Programas Específicos e Outros	51.015.000	66.833.921	47.322.290

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SESP	1.278.734.561	1.502.498.536	1.544.960.975

Outra noticiada elevação foi o gasto na chamada “Segurança Pública”. No entanto, os dados revelam que tal elevação se deu em função da LOA 2014, uma vez que no referente a PLOA 2015 houve redução. Abaixo destacamos as alterações mais expressivas.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social	128.526.593	50.999.187	65.381.778
Polícia Civil	387.810.856	421.572.705	429.072.705
Polícia Militar*	617.111.027	882.167.318	890.067.318
Corpo de Bombeiros*	108.854.648	118.089.291	123.254.074
Diretoria de Saúde da Polícia Militar	13.332.662	8.683.036	14.106.200
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil	0	112.713	1.112.713
Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil	7.079.173	6.508.674	6.508.674
Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar	3.168.602	2.163.905	2.255.109
Fundo de Saúde da Polícia Militar do ES	201.000	617.153	201.050
Fundo Especial de Reequipamento dos Bombeiros	12.650.000	11.913.301	11.913.301
Fundo de Proteção e Defesa Civil do Estado	0	88.053	1.088.053

* De 2014 para 2015 há uma alteração substantiva na Remuneração de Pessoal Ativo, em função da ampliação considerável do efetivo militar no ano de 2014. Em 2014 o recurso foi de R\$ 290.446.254, sendo que na PLOA e LOA de 2015 foi previsto R\$ 541.900.409. Já nos bombeiros

ocorre movimentação semelhante. A Remuneração de Pessoal Ativo sai de R\$ 63.341.018 em 2014 para R\$ 82.561.444 na PLOA e LOA de 2015. Já com a Polícia Civil o aumento da remuneração é muito menos expressivo, saindo de R\$ 243.867.747 em 2014 para R\$ 277.562.704 na PLOA e LOA de 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
SEJUS	508.159.697	484.618.012	545.218.810

Na Secretaria de Estado de Justiça houve uma redução. No ano de 2014 seu orçamento foi de R\$ 381.174.490, na PLOA 2015 foi de R\$ 389.969.452 e na LOA de 2015 ficou em R\$ 355.486.399. Vejamos as principais alterações.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Construção de Novas Unidades Prisionais	30.210.384	8.855.777	16.855.777
Manutenção das Unidades integrantes ao Sistema Prisional	107.539.304	82.748.797	98.748.797
Manutenção das Unidades Prisionais Terceirizadas	52.482.000	49.001.000	59.001.000

Já o **Instituto de Atendimento Socioeducativo do ES** ficou em R\$ 108.182.033 na LOA de 2014, R\$ 118.925.843 pela LOA de 2015 e R\$ 133.925.843 pela PLOA de 2015. O **Instituto Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor** foi de R\$ 5.213.784 na LOA de 2014, caiu para R\$ 3.151.625 na LOA de 2015 e foi de R\$ 5.151.625 na PLOA de 2015.

O **Fundo do Trabalho Penitenciário** (*Apoio às atividades de ressocialização dos internos*) obteve redução drástica. Na LOA de 2014 foi de R\$ 11.113.966, na LOA de 2015 caiu para R\$ 4.438.856 e em na PLOA de 2015 foi estipulado em R\$ 13.556.601.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A referida Secretaria obteve elevação sensível na LOA de 2015 (R\$ 28.791.704), comparada a PLOA 2015 (R\$ 28.439.704). No entanto, sua queda foi expressiva, se comparada à LOA 2014 (R\$ 35.412.863).

Já o **Fundo Estadual de Assistência Social** obteve elevação considerável na LOA de 2015 (R\$ 73.584.433), comparada a PLOA de 2015 (R\$ 65.758.489). No entanto, sua queda foi expressiva, se comparada à LOA 2014 (R\$ 121.469.178).

O **Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza** elevação sensível. Na LOA de 2015 ficou em R\$ 21.746.277, sendo que pela LOA de 2014 foi de R\$ 21.723.842. Na PLOA 2015 foi estipulado em R\$ 25.200.013

Já o **Fundo Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas** ficou na baixa quantia de R\$ 25.000 (LOA 2015), mesmo valor previsto na PLOA 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tal Instituto obteve uma elevação expressiva se compararmos a LOA de 2015 com a de 2014, no entanto ficou praticamente equiparada se comparada a LOA de 2015 com a PLOA de 2015.

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
IPAJM	2.157.027.562	2.669.219.631	2.632.710.373

Abaixo listamos as alterações mais expressivas.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Manutenção do Regime Próprio de Previdência do Estado do ES	56.321.389	45.800.146	54.867.243
Benefícios previdenciários da Secretaria de Fazenda	221.082.162	248.374.741	279.266.545
Benefícios Previdenciários da Polícia Militar	389.640.402	504.691.275	534.691.275

Reserva do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	245.468.489	407.006.529	300.538.680
---	-------------	-------------	-------------

Aqui fizemos uma constatação relevante, que sinaliza uma grande questão em aberto no Estado do ES. Recai sobre o Executivo os encargos previdenciários de diversos poderes, o que eleva o teto de gasto com pessoal do Executivo por um lado e reduz o dos outros poderes de outro. Segundo levantamento inicial sobre tal problemática, se tal gasto recair sobre os poderes tende a haver casos em que o o gasto com pessoal supera o limite estipulado pela LRF.

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Há neste caso uma diferença significativa entre um governo e outro. Na LOA de 2014, o gasto com encargos financeiros foi de R\$ 1.947.274.575, sendo que na PLOA de 2015 estipulou-se em R\$ 1.714.691.169 e na LOA de 2015 ficou em R\$ 1.463.953.302

Vejamos as maiores diferenças.

NATUREZA DA DESPESA	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Amortização e Encargos sobre o refinanciamento da dívida pública interna	517.664.510	218.369.804	236.587.842
Amortização e Encargos sobre o Financiamento da dívida pública interna	254.295.000	266.063.304	288.260.283
Amortização e Encargos sobre o Financiamento da dívida pública interna	46.468.000	45.071.443	48.831.640
Contribuição para formação do PASEP	150.000.000	110.000.000	130.000.000
Gestão financeira e contábil das PPP's	30.000.000	25.000.000	100.000.000

Estaduais			
Pagamento de Sentenças Judiciais	240.877.065	249.338.758	260.901.404
Incentivo ao Setor Privado através do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP	585.000.000	550.000.000	650.000.000

Por fim, outras diferenças que constatamos.

ÓRGÃO	LOA 2014	LOA 2015	PLOA 2015
Administração Geral a Cargo da Secretaria de Estado e Planejamento	23.764.472	10.004.000	55.000.000
Reserva de Contingência	224.577.065	236.023.751	247.586.404

CONCLUSÕES

No âmbito da:

Governadoria do Estado:

A elevação expressiva já estava prevista na PLOA 2015. Conforme sondagem feita por nossa consultoria, isso se deu em função de um convênio com o governo federal acerca das águas e esgotamento sanitário que necessariamente teve que se vincular a Governadoria.

No âmbito da Secretaria Civil foi visível o corte na rubrica de Implementação e Articulação dos Movimentos Sociais. O que nos sugere que tal corte expressa uma baixa disposição do atual governo fazer mediações com os movimentos sociais

Secretaria de Fazenda:

A baixa mais expressiva se deu na Administração da Unidade, o que indica a tendência de economia de gastos na gestão do órgão. Nos chamou a atenção a elevação na LOA de 2015 do Investimento em Tecnologia de Informação e Comunicação, o que pode revelar uma tendência de maior informatização do setor tributário.

Secretaria de Planejamento:

Os cortes de tal Secretaria sugerem uma menor propensão ao atual governo no esforço de elaboração, estudo, pesquisa no âmbito do Planejamento (o que envolve o orçamento em si, projetos, etc). Tal tendência também se verificou no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves.

Ainda no âmbito desta secretaria, uma redução drástica merece destaque: a queda brutal do **Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal**, que reduziu de R\$ 40.025.000 (LOA 2014) e de R\$ 200.025.000 (PLOA 2015) para R\$ 1.142.184 (LOA 2015), sendo praticamente eliminado do orçamento. Tal dado sugere uma não prioridade ao desenvolvimento municipal.

Secretaria de Recursos Humanos

No âmbito desta Secretaria os cortes nos sugerem uma menor atenção ao investimento em aspectos como eficiência administrativa e controle de gastos, administração e desenvolvimento de RH, etc.

Secretaria de Desenvolvimento

No âmbito desta Secretaria os cortes mais expressivos se deram na **Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do empreendedorismo**. O que nos sugere uma menor atenção do governo a esse tipo de desenvolvimento, o que por inferência lógica indica sua preferência pelos grandes empreendimentos.

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

Houve redução drástica no âmbito dessa secretaria, especialmente no investimento no Programa de Pavimentação das Estradas Rurais.

SETOP

Algumas reduções ganham destaque: Não dotação orçamentária para o projeto do Aquaviário; redução no investimento em Implementação de Infraestrutura para melhoria Operacional no Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo; Redução na Construção e Pavimentação de diversos trechos da malha rodoviária estadual e de vias complementares.

A novidade na LOA 2015 é a Construção do Corredor Urbano Leste-Oeste.

SEDURB

No âmbito da SEDURB algumas reduções ganham destaque: Implementação e Apoio à Construção, Reforma e Adequação de Serviços de Infraestrutura, Urbanização e Espaços Públicos; Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperações e revitalização de rios e canais; Construção e Operação de Sistemas Regionais de Transporte e destinação final de resíduos sólidos. Além de redução no Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo.

Em tempos de crise urbana, com alta tendência de alagamentos em função das chuvas tal redução orçamentária nos parece de alto risco político.

SETUR

No âmbito da SETUR a redução mais brusca se deu na Construção de Centros de Eventos. Eis um ponto que nos chama a atenção também, pois um Estado como o ES carece de estimular outras “vocações” que não a de centro logístico/exportador, e considerando as belezas naturais do Estado o turismo nos parece ser uma alternativa viável.

Secretaria de Esporte e Lazer

Trata-se de uma outra Secretaria de corte social relevante que sofreu drástica redução. Nos chamou a atenção a redução da rubrica *Apoio a Atletas de Alto Rendimento*.

Secretaria de Cultura

Trata-se de outra Secretaria de corte social relevante que sofreu reduções importantes, no que se refere ao estímulo à produção cultural do Estado, bem como a sua preservação cultural.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Eis outra Secretaria que recebeu reduções importantes, conforme destacado no corpo do estudo. O que indica uma baixa conexão com a crise hídrica do tempo presente, carente de maiores investimentos em infra-estrutura.

Secretaria de Educação

Numa das Secretarias mais importantes houve redução da ordem de 100 milhões. Tal corte incorpora a tendência de drenagem na área social do atual governo.

Secretaria de Saúde

A Saúde, como amplamente divulgado pela Imprensa, foi um dos (poucos) órgãos que obteve elevação, seja comparado ao ano de 2014, seja comparada a PLOA de 2015 do último governo. Nesta elevação se destaque o maior aporte à operacionalização de hospitais; Assistência Complementar a Rede Pública; Aquisição, Distribuição e Dispensação de Medicamentos Excepcionais de Programas Específicos e Outros.

Secretaria de Segurança Pública

Outra noticiada elevação foi o gasto na chamada “Segurança Pública”. No entanto, os dados revelam que tal elevação se deu em função da LOA 2014, uma vez que no referente a PLOA 2015 houve redução.

Tal constatação indica uma manobra discursiva do atual governo, considerando que a elevação da dotação orçamentária já estava prevista pelo governo anterior, especialmente pelo aumento do efetivo militar que se deu no ano de 2014.

Secretaria de Estado de Justiça

Neste caso também há uma redução de recursos orçamentários no ano de 2015. As reduções mais expressivas se deram no plano da construção e manutenção de presídios, bem como do Fundo do Trabalho Penitenciário.

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

Neste caso houve elevação orçamentária sensível, sem maiores reduções que indiquem algum tipo de prejuízo ao trabalho da Assistência e dos Direitos Humanos.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Tal Instituto obteve uma elevação expressiva se compararmos a LOA de 2015 com a de 2014, no entanto ficou praticamente equiparada se comparada a LOA de 2015 com a PLOA de 2015.

No entanto, cabe retomar a constatação feita no corpo do estudo: Recai sobre o Executivo os encargos previdenciários de diversos poderes, o que eleva o teto de gasto com pessoal do Executivo por um lado e reduz o dos outros poderes de outro. Segundo levantamento inicial sobre tal problemática, se tal gasto recair sobre os poderes tende a haver casos em que o o gasto com pessoal supera o limite estipulado pela LRF.

Encargos Gerais

Por fim, constatou-se uma redução do pagamento dos encargos com a dívida pública, o que não nos permite maiores inferências a priori. Houve também uma redução de 100 milhões no FUNDAP, bem como uma redução considerável para formação do PASEP.

EM TERMOS GERAIS, PODEMOS CONCLUIR QUE:

- Os cortes orçamentários afetam as áreas de maior relevância social, com poucas exceções – a exemplo da Saúde;
 - Fica descaracterizado o discurso de que os órgãos e poderes sofrerem redução igual. O estudo apontou um conjunto de secretarias que sofreram importantes reduções, enquanto constatamos (especialmente no estudo complementar à etapa “A”) que poderes como Assembleia Legislativa (6,48%), Tribunal de Contas (13.92%), Poder Judiciário (10,53%), Ministério Público (8,57%) e Defensoria Pública (8,43%) tiveram aumento muito acima da média de 3,35% de elevação do orçamento de 2014 para 2015;
 - Tais cortes se dão sob o discurso do “ajuste”, a partir de uma projeção de queda da economia do país. No entanto, por detrás do discurso pode estar uma estratégia política da “necessidade de arrumar a casa”, ou ainda pode denotar uma estratégia de arrecadar recursos para além dos previstos no orçamento que se expressaria no orçamento de 2016 na forma de *crédito suplementar*, ou seja, se coloca para uso livre do executivo sem prévia dotação orçamentária e com ampla liberdade de manejo;
 - No entanto, a redução da previsão de receita trás implicações, como a maior limitação para realização de operações de crédito (que conforme legislação específica se limita a 16% da receita prevista);
-

- Outro fator é que tais cortes podem levar a uma rotina de dotações suplementares, para dar conta de lacunas eventualmente deixadas a partir de tais cortes. O acompanhamento cotidiano do Diário Oficial do Estado tende a revelar o comportamento do governo daqui por diante, a partir deste quadro criado.
 - Resta claro que o manejo orçamentário realizado pelo atual governo tem buscado adesão social. Não por menos que se anunciou amplamente o aumento na Saúde e Segurança Pública, que são as áreas mais sensíveis para a população do Estado. No entanto, nosso estudo confronta tal estratégia discursiva, na medida em que revela aspectos que se dão por detrás destes cortes.
 - Uma simples consulta ao Portal da Transparência revela que a execução orçamentária no ano de 2014 está na ordem de R\$ 13.618.150.547,07, pouco abaixo do orçamento autorizado de R\$ 13.822.092.659,00. Os restos a pagar do último governo está pouco acima de 200 milhões, sendo que tais dados revelam um quadro de normalidade nas contas. Ou seja, os cortes orçamentários não devem ser justificado em função de equívocos do último governo, pelo menos não em seu grosso.
-